



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Informações Gerais

Data: 03 de outubro de 2022

Horário: 10h30h às 12h

Local: Plataforma virtual Google Meet

Pauta

- Inove-se! o boletim da SEGE;
- Revisão da cadeia de valor;
- Alterações no Plano Estratégico Institucional (PEI);
- Iniciativas estratégicas;
- Análise estatística;
- Resultados da estratégia (jan-ago/2022);
- Grupo de trabalho de desempenho finalístico.

DELIBERAÇÕES

A reunião está alinhada com uma das atribuições previstas na [Resolução GP n. 179/2021](#), que instituiu o CGE, qual seja, monitorar a implementação da estratégia, avaliar os resultados das ações institucionais e, se necessário, promover alterações no PEI (art. 3º, II).

As RAEs são realizadas no mínimo quadrimestralmente, em conformidade com a [Resolução CNJ n. 325/2020](#), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

[Apresentação da RAE](#)

Abertura

A secretária de Gestão Estratégica, Patrícia Helena dos Reis, abriu a 3ª reunião do colegiado no exercício de 2022, dando as boas-vindas aos presentes e esclarecendo que a reunião tem o objetivo de apresentar os resultados estratégicos de janeiro a agosto de 2022, a análise estatística, bem como atualizar os membros do CGE quanto ao andamento de iniciativas e projetos estratégicos.

Itens da pauta

O [Mapa Estratégico ciclo 2021-2026](#) foi apresentado pelo chefe da Seção de Planejamento e Estatística (SPES), Olavo de Oliveira Dantas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)



INOVE-SE!

<https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/boletim-inove-se>

O chefe da Seção de Planejamento e Estatística (SPES), Olavo de Oliveira Dantas, divulgou para os participantes a 4ª edição do boletim elaborado pela SEGE, que trouxe a acessibilidade como destaque no âmbito da inovação.

Revisão da Cadeia de Valor

A chefe do Escritório de Processos da SEGE (EPT), Thais da Costa Cruz, explicou que a cadeia de valor é um mapa que representa todos os macroprocessos no Tribunal e as atividades das unidades, sendo a sua revisão executada a cada biênio. Disse que, neste ano, a revisão será mais abrangente porque pretende-se inserir à cadeia os macroprodutos de cada macroprocesso, que são as entregas de cada processo para a instituição.

A secretária de Gestão Estratégica, Patrícia Helena dos Reis, ressaltou a importância dos trabalhos de aprimoramento da gestão por processos para atender ao Índice de Governança e Gestão (IGG) - levantamento de governança do TCU.

Alteração do PEI

O chefe da Seção de Planejamento e Estatística (SPES), Olavo de Oliveira Dantas, submeteu à aprovação dos membros os ajustes necessários no PEI-TRT/MG a fim de garantir alinhamento com a [Resolução CSJT n. 340, de 26 de agosto de 2022](#). A proposta é inserir as páginas 24-A e 24-B com alterações de nomes e siglas, sem alteração das metas e dos glossários.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

PLANO ESTRATÉGICO
CICLO 2021-2026

2022*

PÁGINA 24 - A

* Os indicadores próprios medidos no exercício constam do glossário publicado no [site da Gestão Estratégica](#)

Perspectiva	N.	Objetivo Estratégico (CSJT e TRT/MG)	N.	Indicador	Meta	Descrição da Meta
SOCIEDADE	2	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	3	Índice de inovação (II)	Meta Nacional 9 de 2022: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.
			4	Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI)	Meta Nacional 11 de 2022	Promover pelo menos uma ação visando ao combate ao trabalho infantil.
PROCESSOS INTERNOS	3	Garantir a duração razoável do processo	6	Índice de processos julgados (IPJ)	Meta Nacional 1 de 2022: Julgar mais processos que os distribuídos.	Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Cláusulas de barreira: TCL na fase de conhecimento da Justiça em Números, em 2022, menor que 35%.
			7	Índice de processos antigos julgados (IPAJ)	Meta Nacional 2 de 2022: Julgar processos mais antigos.	Identificar e julgar até 31/12/2022 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020, nos 1º e 2º graus.

PLANO ESTRATÉGICO
CICLO 2021-2026

2022

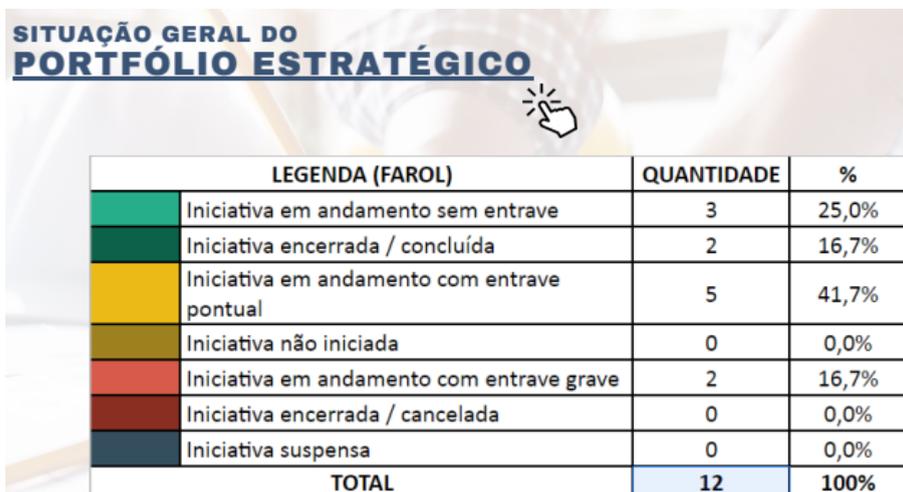
PÁGINA 24 - B

	5	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	8	Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)	Meta Nacional 5 de 2022: Reduzir a Taxa de Congestionamento	Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. Cláusulas de barreira: na fase de conhecimento, 40%; e, na fase de execução, 65%.
			12	Índice de conciliação (IC)	Meta Nacional 3 de 2022: Estimular a conciliação	Aumentar o índice de conciliação, em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	9	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	21	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (IPSMS)	Meta específica da JT em 2022: Saúde de magistrados e servidores	Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das 5 (cinco) doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das 5 (cinco) maiores causas de absenteísmo do ano anterior.
	10	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	25	Índice de Transformação Digital (ITD)	Meta Nacional 10 de 2022: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica	Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do Tribunal.

Proposta aprovada.



Iniciativas estratégicas



O chefe do Escritório de Projetos, Riscos e Governança Institucional (EPRGOV), Igor Daniel Costa Jones, mostrou a situação geral das 12 (doze) iniciativas que hoje compõem o portfólio estratégico.

Quanto ao percentual de iniciativas em andamento com entrave pontual ou com entrave grave, foi esclarecido que muitos deles são causados por concorrência das atividades dos projetos com as atividades de rotina das unidades ou, ainda, das atividades advindas de demandas urgentes. Além disso, algumas entregas dependem de alguma decisão ou de publicação de atos normativos por parte dos conselhos superiores, e isso acaba impactando o cronograma inicialmente planejado para a iniciativa.

Foram destacados dois projetos:

a) Projeto "DATA LAKE"

É um projeto de iniciativa da Secretaria de Sistemas da DTIC, gerenciado pelo servidor Anderson da Rocha Lemos, que trata da criação de repositório central de dados do Tribunal.

O repositório de dados Data Lake está sendo utilizado para geração de painéis, como o do IGEST, que garantirão o adequado acompanhamento de seus indicadores. As informações centralizadas em um único repositório permitirão acessos e respostas rápidas, bem como aplicação de inteligência artificial.

Patrícia Reis, informou, que o TRT3 está envidando esforços para contratar o CEFET por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, como forma de agilizar as entregas definidas no projeto, fazendo uso da mão de obra de alunos e professores orientadores.

b) Projeto "GOVERNANÇA E GESTÃO DO LANÇAMENTO DE DADOS DA ÁREA JUDICIÁRIA"

O projeto tem como objetivo geral aprimorar a governança e a gestão das informações da área judiciária do Tribunal, e, entre outros objetivos específicos, diminuir as inconsistências verificadas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

nos dados sobre a movimentação processual das unidades judiciárias e melhorar a fidedignidade e a qualidade dos dados lançados e estatísticas geradas.

Em parceria com o Grupo de Trabalho para Acompanhar o Desempenho Finalístico, foi realizado o "Curso Gestão de Vara do Trabalho e melhoria nos resultados", cujos encontros ocorreram em 12, 14, 15 e 30/9/2022. Na oportunidade, foram apresentados os painéis das metas nacionais atualmente disponíveis, bem como o protótipo do Painel 2 do IGEST. Os expositores também deram sugestões sobre como aperfeiçoar os resultados institucionais. Ao fim do evento, os participantes apresentaram planos para melhorar os indicadores em suas unidades e sugestões para aperfeiçoar os painéis existentes. Esse curso contou com uma equipe multidisciplinar formada por Christiane Dominique Kunzi (LIODS), Rogelio Bar Neto (DJ), André Luiz de Andrade Santos (VT), Carolina Brognaro Poni Drummond de Alvarenga (SEAJ) e Juliana Aparecida Ribeiro (Estatística).

A análise estatística dos dados de litigiosidade de 1º e 2º grau foi apresentada pela chefe da Subseção de Estatística, Juliana Aparecida Ribeiro, no Power BI, tendo como fonte de dados o Sistema e-Gestão.

As estatísticas apresentadas fazem referência ao período de **set 2021 a ago 2022**, em comparação com os doze meses anteriores, qual seja, **set 2020 a ago 2021**;

Os dados apresentados são recentes - extraídos do Sistema e-Gestão em **26 de setembro de 2022**; A apresentação dos dados estatísticos que extrapolam os resultados institucionais, do ponto de vista das metas, é uma obrigatoriedade definida pelo CNJ e faz parte dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade;

1º grau - conhecimento: distribuídos x solucionados - houve crescimento de processos distribuídos de 5,27% e de processos solucionados de 3,32%. A proporção de solucionados por distribuídos foi de 106,46% e mostra queda em relação ao período anterior, que foi de 108,47%. %, taxa considerada favorável por ser maior que 100% e indica diminuição do acerto;

1º grau - conhecimento: solucionados x conciliados - houve crescimento de processos solucionados de 3,32% e um decréscimo de processos conciliados de 0,96%. A proporção de conciliados por solucionados foi de 38,74% e mostra queda em relação ao período anterior, que foi de 40,41%;

1º grau - conhecimento: saldo de processos pendentes de solução até 31 de agosto de 2022 - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve decréscimo de saldo em 2022, quando comparado com 2021, de 9,22%, o que representa melhora. O saldo de processos pendentes de solução mais antigos refere-se ao ano de 2009;

1º grau - conhecimento: prazo médio (em dias corridos) no período, do ajuizamento à prolação da sentença - quando comparado com o período anterior, houve uma diminuição de 1,58% (melhora), sendo o prazo de 178,68 dias. O fato de ter havido solução de processos antigos impacta negativamente o prazo médio;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1º grau – execuções iniciadas x execuções baixadas - houve decréscimo de execuções iniciadas de 24,71% e uma queda das execuções baixadas de 8,42%. A proporção de baixados por iniciados foi de 194,27% e mostra melhora em relação ao período anterior, que foi de 159,72%;

1º grau – execução: pendentes de baixa por ano do processo - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve decréscimo de saldo em 2022, quando comparado com 2021, de 19,41%, o que representa melhora. O processo pendente de baixa mais antigo refere-se ao ano de 1979;

2º grau - distribuídos x solucionados – houve crescimento de processos distribuídos de 11,05% e de processos solucionados de 9,12%. A proporção de solucionados por distribuídos foi de 120,29%, taxa considerada favorável por ser maior que 100%, porém houve uma queda em relação ao período anterior, que foi de 122,43%;

2º grau - saldo de processos pendentes de solução por ano do processo - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve aumento de saldo em 2022, quando comparado com 2021, de 10,29%, o que representa uma piora no quadro. O saldo de processos pendentes de solução mais antigos refere-se a dois processos do ano de 1989;

Obs. Os processos dessobrestados devido ao [Tema 1046 \(RE/STF\)](#) entram no saldo e explicam este aumento.

2º grau - prazo médio (em dias corridos) no período, da distribuição até o julgamento - quando comparado com o período anterior, houve um aumento de 12,04% (piora), sendo o prazo de 79,53 dias.

A Desembargadora Denise Alves Horta ponderou sobre o fato de haver saldo de processos de datas tão antigas como 2009 e 1989.

A SEGE explicou que os dados, do ponto de vista da estatística, são quantificados mas sem análise da movimentação processual, o que não impede o encaminhamento da lista desses processos mais antigos para as unidades para que sejam verificadas as possibilidades de movimentações e decisões. Foi explicado, ainda, que há condições de visualizar os processos pendentes no próprio painel.

A servidora Gabriela Moraes Lopes esclareceu que os processos pendentes muito antigos são casos de maior complexidade e muito demorados.

Deliberação: A SEGE irá enviar à Corregedoria a lista de processos antigos e respectivas unidades responsáveis para que o Corregedor verifique a pertinência de oficializar as unidades de 1º grau sobre a necessidade de solução.

A Juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho questionou sobre os impactos na estatística relacionados à suspensão de prazos processuais durante férias de magistrados. A Estatística esclareceu que há desconto no prazo, mas ainda há falhas no extrator.

Deliberação: A SEGE vai confirmar se a questão dos extratores considerarem a suspensão de prazos processuais de magistrados em gozo de férias já foi regularizada; divulgar aos participantes via email.



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

O Juiz Renato de Paula Amado afirmou que este é um tema muito questionado e explicou que, no Sistema PJe, a contagem é em dias corridos, mas, na Corregedoria não considera dias corridos e sim os dias úteis.

Acompanhamento da Estratégica - metas e indicadores – resultados até 31/08/2022.

● **OE2: Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade**

META 9

Meta 9 CNJ	Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
Descrição	Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.
Resultado TRT/MG	67%

P9.1 - O tribunal instituiu laboratório de inovação ou espaço similar? Sim

P9.2 - O tribunal elaborou plano de ação inovadora? Sim

P9.3 - O tribunal enviou o plano de ação inovadora ao CNJ? Sim, em 18/4/2022

P9.4 - Percentual de execução da ação: 34%

P9.5 - O tribunal realizou ação voltada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030? Sim



A SEGE destacou que este é um projeto nacional, que a aferição é feita pela Secretaria de Gestão Estratégica do CSJT (SEGEST) a partir das informações lançadas no SIGEST pelos TRTs. A aferição do último quadrimestre dependerá das decisões do CSJT em relação ao andamento do projeto que hoje encontra-se em transição para uma nova Administração.

META 11

Meta 11 CNJ	Promover os Direitos da Criança e do Adolescente
Descrição	Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil.
Resultado TRT/MG	100%

P11.1 - O tribunal definiu plano de ação visando o combate ao trabalho infantil? Sim

P11.2 - O plano de ação definido está sendo executado? Sim

P11.3 - O tribunal monitora e documenta a execução do plano de ação? Sim

P11.4 - O tribunal divulga os resultados da execução da ação em seu portal na internet? Sim





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Meta cumprida.

- **OE2: Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade**

META 1

Meta 1 CNJ	Julgar mais processos que os distribuídos
Descrição	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
Resultado TRT/MG	93,87% de cumprimento
Cláusula de Barreira (menor que 35%)	TC Líquida na fase de conhecimento: 39,51%



Obs.: Tendo em vista que o CSJT alterou o glossário das metas em 2022, os resultados apresentados para as Metas 1, 2 e 3 foram extraídos do painel da referida instituição. Tais valores podem divergir daqueles disponíveis no painel de metas do TRT (Power BI) até o término da implantação das alterações.

Obs. Os processos dessobrestados devido ao [Tema 1046 \(RE/STF\)](#) impactam diretamente nesta meta.

A Desembargadora Denise Alves Horta ponderou sobre a necessidade de que as unidades judiciárias tenham conhecimento destes resultados para que sejam tomadas providências.

A SEGE esclareceu que, quanto ao 1º grau, já houve oficialização pela Corregedoria nesse sentido, mas em relação ao 2º grau, isso ainda não foi feito. Ressaltou-se a importância da utilização dos painéis de metas pelas unidades judiciárias de 1º e 2º graus, pois permitem verificar quais são os processos que estão impactando a meta, facilitando a tomada de decisão.

Deliberação: A SEGE irá verificar, junto ao Corregedor, que é o coordenador do [Grupo de Trabalho para Acompanhar o Desempenho Finalístico do Tribunal](#), a viabilidade de divulgação da situação das metas, às unidades judiciárias de 1º e 2º graus, com solicitação de esforços para o cumprimento.

Deliberação: Caso deferido pelo Corregedor, a SEGE irá elaborar um passo a passo mostrando como utilizar o Painel de Metas e como as informações podem auxiliar na gestão judiciária.



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

META 2

Meta 2 CNJ	Julgar processos mais antigos
Descrição	Identificar e julgar pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus.
Resultado TRT/MG	96,59% de cumprimento



Para cumprir esta meta é necessário atingir 100%. O resultado atual equivale a 96,59% dos 93% a serem alcançados.

A desembargadora Denise Alves Horta ponderou sobre a importância desta meta e sugeriu também dar conhecimento aos responsáveis.

A servidora Gabriela Moraes Lopes esclareceu que certamente os processos que saíram do sobrestamento devido ao [Tema 1046 \(RE/STF\)](#) estão impactando diretamente nesta meta.

A SEGE esclareceu que, no primeiro semestre, o corregedor, enquanto coordenador do Grupo de Trabalho para Acompanhar o Desempenho Finalístico, encaminhou ofício às varas com sugestões de atividades a serem desenvolvidas, no âmbito dos processos dessobrestados, para reduzir o impacto nas metas e lista dos processos para os gabinetes.

META 5

Meta 5 CNJ	Reduzir a Taxa de Congestionamento
Descrição	Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020. <u>Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e</u> <u>Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.</u> TCL TRT/MG 2020: 41,87% - Meta: 40,87%
Resultado TRT/MG	Total: 43,11% Conhecimento: 39,51% Execução: 49,87%



"Descrição: indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Computar os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal."

Meta cumprida pela Cláusula de Barreira.



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

- OE5: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

META 3

Meta 3 CNJ	Estimular a conciliação (fase de conhecimento)
Descrição	Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%. Meta TRT/MG: 48,05%
Resultado TRT/MG	43,73%

Meta cumprida pela Cláusula de Barreira.

- OE9: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional

META ESPECÍFICA DA JT

Meta Específica JT	Promover a saúde de magistrados e servidores
Descrição	Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

RESULTADOS ATÉ 31/8/2022

% de cumprimento da meta para magistrados: 31,64% (META: 44; RESULTADO: 14/295)

% de cumprimento da meta para servidores: 144,59% (META: 540; RESULTADO: 781/3601)

% de cumprimento da meta de realização das ações: 100%

% de cumprimento total: 67%



A SEGE destacou que, em agosto de 2022, a Presidência enviou ofício para todos os magistrados da capital, a fim de incentivá-los na realização dos exames periódicos.

O desembargador Luiz Otávio Linhares Renault ponderou sobre a necessidade de aceite pelo Tribunal de exames feitos mediante atendimento particular.

A desembargadora Denise Alves Horta explicou que os exames particulares podem sim integrar o acervo de aferição de exames periódicos, mas o impacto que o trabalho pode causar na saúde do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

magistrado e/ou servidor só pode ser medido mediante consulta com os médicos do Tribunal, de forma presencial.

A juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho expôs as dificuldades de execução dos exames periódicos pelos Juízes das varas do interior (guias dos exames emitidos no Tribunal não aceitos pelo laboratório de Itabira; médicos que vão até o local para realizar os exames periódicos e os magistrados não são comunicados; não há encaminhamento de emails aos magistrados sobre o assunto; a consulta na Intranet mostra marcação para telemedicina mas os magistrados do interior não têm acesso; problemas no cadastro da requisição da guia de exame; médico de Juiz de Fora não aceitou analisar os exames da juíza porque ela era fixa em Cataguases).

A servidora Gabriela Moraes Lopes sugeriu aos magistrados presentes que divulguem e façam seus exames periódicos ainda neste ano a fim de garantir o alcance da meta até o fim do ano.

O Diretor-Geral, Carlos Athayde Valadares Viegas, afirmou que os problemas de comunicação existentes hoje, relacionados aos benefícios de saúde para os magistrados e servidores do interior, já foram detectados pela Administração. Explicou que estão sendo executadas ações para melhoria dos benefícios de saúde. Explicou, ainda, que o Tribunal está com dificuldades, especialmente no interior, de credenciar clínicas de odontologia e de laboratórios em cada uma das localidades. Disse que o Tribunal precisa sim investir numa comunicação mais efetiva e que até janeiro de 2023 a situação será regularizada.

O desembargador Antônio Gomes de Vasconcelos sugeriu um plano anual de execução de exames periódicos, com comunicação direta para conscientização dos magistrados. Sugeriu, ainda, que fosse realizada enquete eletrônica orientada, com algumas perguntas aos magistrados, que pudessem mostrar o diagnóstico que está por trás desta inércia.

O Juiz Renato de Paula Amado sugeriu a apuração dos motivos da pouca adesão dos magistrados aos exames periódicos, diante dos insucessos nas tentativas de mobilização.

O Diretor-Geral, Carlos Athayde Valadares Viegas, esclareceu, após conversa com o secretário da SES que: 1) não houve no primeiro semestre de 2022 nenhuma campanha de exame periódico, já que ainda estávamos retornando aos trabalhos presenciais; 2) efetivamente, foi a partir de março de 2022 que os trabalhos foram retomados em alguns lugares; 3) foi feita uma licitação, em julho de 2022, para que uma empresa pudesse fazer o exame periódico no interior, mas a empresa não cumpriu o contrato e houve rescisão; 4) dessa forma, o Tribunal não tem empresa para fazer exame periódico no interior de Minas Gerais; 5) por isso não houve comunicação neste segundo semestre sobre o tema; 6) nova licitação está em andamento; 7) só em 2023 a situação será regularizada.

Deliberação: A SEGE irá encaminhar os questionamentos apresentados para a SES, para que a unidade verifique a possibilidade de aprimorar os procedimentos e a comunicação.

- **OE10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados**



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

META 10

Meta 10 CNJ	Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0
Descrição	Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal: Juízo 100% Digital; Balcão Virtual; e Codex.
Resultado TRT/MG	135%



Meta cumprida.

- Indicadores estratégicos de desempenho próprios do Tribunal Resultados para indicadores apurados até agosto de 2022, com frequência de aferição mensal, bimestral ou quadrimestral

Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Julgar, em até 180 dias corridos, 70% dos processos sobrestados em razão de repercussão geral e casos repetitivos após a "sentença" (acórdão) de mérito do precedente	2 Ver o Glossário do CNJ (pág. 23)	3 Quadrimestral	4 Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC)

RESULTADO MAI-AGO/2022: 86 dias

Tempo médio entre afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Julgar 80% dos IRDRs em até 340 dias corridos	2 Ver o Glossário do CNJ (pág. 24)	3 Quadrimestral	4 Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC)

NO 2º QUADRIMESTRE NÃO HOUVE JULGAMENTO DE IRDR, segundo o NUGEPNAC, unidade responsável pela aferição.



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 (ICEC95): acompanhar e cumprir o limite de gastos determinado pela EC 95/2016, estabelecendo cultura de programação de gastos dentro do exercício financeiro

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 91,67%, em dezembro de 2022	2 $DPP = VDPP + VDPRP$ $ICEC95 = (DPP / DODPA) \times 100$	3 Mensal	4 Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)
RESULTADO EM AGO/2022: 63,28%			

Índice de absenteísmo-doença: mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Índice menor ou igual a 2,5%	2 Índice = dias de ausência por motivo de saúde própria ou de familiar / (quantidade de dias no ano * total de magistrados e servidores no final do período)	3 Quadrimestral	4 Secretaria de Saúde (SES)
RESULTADO MAI-AGO/2022: 2,92% ACUMULADO JAN-AGO/2022: 2,75%			

Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU)

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Atingir o nível "Intermediário"	2 Calculado conforme planilha do indicador ICPPDU, do CSJT	3 Bimestral	4 Seção de Segurança da Informação (SINC)
RESULTADO ICPPDU (AGO/22): 0,68 NÍVEL DE ADEQUAÇÃO: Intermediário			



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Índice de Serviços Digitais: indicador capaz de avaliar a quantidade de serviços digitais dentro do órgão

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
① 100% dos serviços digitalizados	② Índice = quantidade de serviços digitais dentro do órgão / total de serviços do órgão	③ Quadrimestral	④ Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)
RESULTADO (AGO/22): 100%			

Este indicador é medido a partir da [Carta de Serviços ao Cidadão](#), que está sob responsabilidade da SEOUV e integra 17(dezessete) serviços oferecidos digitalmente, conforme informações disponíveis no site em setembro de 2022.

Índice de Parcerias Institucionais (IPI)

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
① Média do impacto potencial das parcerias igual ou superior a 70 (setenta) pontos	② $(P1 + P2 + P3 + \dots + Pn) / n$ P: impacto potencial da parceria (1 a "n") realizada no período; n: número de parcerias realizadas no período	③ Trimestral	④ Núcleo de Cooperação Judiciária e Comissão de Inovações Judiciárias (CIJUD)
RESULTADO (JUN/22): 40			

O desembargador Antônio Gomes de Vasconcelos explicou que o Núcleo de Cooperação Judiciária está sendo reestruturado, que já começaram a chegar as comunicações de cooperações judiciárias internas e alguns projetos de comunicação interinstitucional. Falou sobre a possibilidade de mudar os parâmetros deste indicador de forma a alinhá-lo com a realidade proposta atualmente. Falou da importância de mostrar os resultados das ações de forma qualitativa.



ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Índice de Gestão de Riscos em Processos Críticos (IGRPC): implementar controles internos, por meio da gestão de riscos, para aprimorar os processos de trabalho

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Incrementar o IGRPC em 10% no exercício	2 $IGRPC = (PCGRI / TPC) \times 100$ <small>PCGRI: processos críticos com gestão de riscos implementada; TPC: total de processos críticos existentes</small>	3 Quadrimestral	4 Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)

Embora os processos críticos tenham sido definidos, e a gestão de riscos iniciada, não houve medição do indicador no período. Ver, a respeito, a Resolução GP n. 242, de 26 de julho de 2022, que dispõe sobre os processos críticos estabelecidos para 2022/2023.

Total de 16 processos críticos definidos em 2022, sendo priorizados: “realizar conciliação” e “auditar e certificar as contas dos administradores e demais responsáveis pela Administração do Tribunal”. Observa-se que o EPT já finalizou a revisão do mapeamento da Conciliação e da Auditoria e, na sequência, será iniciado o levantamento dos riscos (alinhamento, identificação de riscos e avaliação).

Índice de Transparência: percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015

META 2022	CÁLCULO	AFERIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 92%	2 Ver o Ranking da Transparência do Poder Judiciário	3 Anual	4 Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD)

RESULTADO (2022): 94,23%

A [Portaria CNJ n. 106, de 31 de março de 2022](#), instituiu o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário em 2022. Os resultados, por instituição, podem ser consultados no [site do CNJ](#).

Conforme informações da SEAUD, o resultado obtido pelo TRT-MG em 2020 foi de 83,47%, em 2021 foi de 86,96% e em 2022 foi de 94,23%.

Indicadores de medição anual:

- Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS): resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 201/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

- Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria (IADRDA): percentual de determinações e/ou recomendações decorrentes de auditorias que foram cumpridas e/ou implementadas.
- Índice de desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos.
- "Governança" e "Qualidade da Informação" Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.
- Avaliação do IGovTIC-JUD: pontuação alcançada na última apuração do IGovTICJud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ

Grupo de Trabalho para Acompanhar o Desempenho Finalístico do Tribunal

A secretária de Gestão Estratégica, Patrícia Helena dos Reis, explicou que este GT, coordenado pelo Desembargador Corregedor Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, terá vigência até o final de 2023.

Entregas:

1. Envio de ofícios circulares a secretários, juízes e gabinetes de desembargador em julho de 2022:
 - a) 1o e 2o graus: inconsistência no lançamento de dados do polo passivo em alguns processos. Para saneamento, foram disponibilizadas planilhas para que as unidades tenham conhecimento dos processos que necessitam de saneamento;
 - b) 1o grau: sugestão de procedimentos na hipótese de dessorbamento de processos em razão de julgamento de tema da repercussão geral ou de casos repetitivos (incidentes de resolução de demandas repetitivas - IRDRs - e incidentes de recursos repetitivos dos tribunais superiores); e
 - c) 2o grau: relação dos processos sobrestados em razão do Tema 1046 da Repercussão Geral, em cada gabinete.
2. Curso: Gestão de Vara do Trabalho e melhoria nos resultados (setembro 2022);
3. Planejamento das atividades de coaching (outubro e novembro de 2022, 4 grupos com 4 varas do trabalho cada); e
4. Treinamento para 2023 - 1a instância: ampliar a capacitação oferecida para servidores e gestores lotados no 1o grau, no intuito não só de atualização, mas para também promover outras ações voltadas para o incremento do desempenho e fornecer conhecimentos necessários para a execução das atividades de secretaria (cumprimento).

Considerações finais

A juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho solicitou que as próximas reuniões do CGE não fossem agendadas pela manhã em razão do horário das audiências. Patrícia Reis comprometeu-se em levar o pleito à apreciação do Desembargador Presidente.

A secretária de Gestão Estratégica, Patrícia Helena dos Reis, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, destacando que o material apresentado será disponibilizado no [Portal da Gestão Estratégica](#).

Justificou a ausência o Desembargador Presidente e o servidor Ricardo de Freitas Paixão em razão de viagem para SP e férias regulamentares, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Para constar, eu, Ludmila Azalim Rodrigues da Costa, Analista Judiciária, lotada na Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei esta ata.

PLANO DE AÇÃO

O QUE?	QUEM?	QUANDO?
Alterar o PEI TRT/MG, a fim de garantir alinhamento com a Resolução CSJT n. 340, de 26 de agosto de 2022 , inserindo as páginas 24-A e 24-B com alterações de nomes e siglas, sem alteração das metas e dos glossários.	SEGE	Imediato
Enviar à Corregedoria a lista de processos antigos e respectivas unidades responsáveis para verificar a possibilidade de oficiar as unidades judiciárias sobre a necessidade de solução.	SEGE	Imediato
Confirmar se a questão de os extratores considerarem a suspensão de prazos processuais de magistrados em gozo de férias já foi regularizada; divulgar aos participantes via email.	SEGE	Imediato
Verificar, junto ao Corregedor, que é o coordenador do Grupo de Trabalho para Acompanhar o Desempenho Finalístico do Tribunal , a viabilidade de divulgação da situação das metas, às unidades judiciárias de 1º e 2º grau, com solicitação de esforços para o cumprimento.	SEGE	Imediato
Elaborar um passo a passo mostrando como utilizar o Painel de Metas e como as informações podem auxiliar na gestão judiciária.	SEGE	Imediato
Encaminhar os questionamentos apresentados para a SES, para que a unidade verifique a possibilidade de aprimorar os procedimentos e a comunicação.	SEGE	Imediato

MEMBROS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1	Desembargador Ricardo Antônio Mohallem	Presidente	Ausente
2	Desembargador César Pereira da Silva Machado Júnior	1º Vice-Presidente	Presente
3	Desembargadora Rosemary de Oliveira Pires Afonso	2ª Vice-Presidente	Ausente
4	Desembargador Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto	Corregedor	Presente
5	Desembargador Manoel Barbosa da Silva	Vice-Corregedor	Ausente
6	Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault	Desembargador Decano	Presente
7	Desembargadora Denise Alves Horta	Desembargadora indicada pelo Presidente	Presente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

8	Desembargador Antônio Gomes de Vasconcelos	Desembargador indicado pelo Presidente	Presente
9	Juíza Carla Cristina Gomes	Coordenadora do Singespa	Ausente
10	Carlos Athayde Valadares Viegas	Diretor Geral	Presente
11	Telma Lúcia Bretz Pereira	Diretora Judiciária	Presente
12	Ludmila Pinto da Silva	Secretária Geral da Presidência	Presente
13	Gabriela Moraes Lopes	Servidora eleita	Presente
14	Cristiano Barros Reis	Servidor eleito	Presente
15	Ricardo de Freitas Paixão	Servidor eleito	Ausente

UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1	Patrícia Helena dos Reis	Secretária de Gestão Estratégica	Presente
---	--------------------------	----------------------------------	----------

OUTROS PARTICIPANTES

Renato de Paula Amado – Juiz Auxiliar da Presidência

Juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho – representante do Singespa

Raquel de Andrade Gomes – Gabinete do Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault

Marcia Cristina Utsch Moreira - Secretária Geral da Presidência

Fábio Avelar Peixoto - Secretaria de Gestão Estratégica

Flávia Vieira Zamboni - Secretaria de Gestão Estratégica

Igor Daniel Costa Jones - Secretaria de Gestão Estratégica

Ludmila Azalim Rodrigues da Costa - Secretaria de Gestão Estratégica

Olavo de Oliveira Dantas - Secretaria de Gestão Estratégica

Rainier Felipe Lacerda de Andrade - Secretaria de Gestão Estratégica

Thais da Costa Cruz - Secretaria de Gestão Estratégica

Victor Aubin Verzani de Souza - Secretaria de Gestão Estratégica

Priscila Gallo D'Ávila Valle - Secretaria de Gestão Estratégica

Juliana Aparecida Ribeiro - Secretaria de Gestão Estratégica

CÉSAR PEREIRA DA SILVA MACHADO JÚNIOR

Desembargador 1º Vice-Presidente

Vice-coordenador da Comitê

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

Reunião da Comitê de Governança e Estratégia (CGE) - Imagens da reunião

Participants visible in the meeting grid:

- PATRICIA HELENA D...
- OLAVO DE OLIVEIR...
- Antônio Gomes de V...
- Escritório de Proces...
- PATRICIA VIEIRA NU...
- IGOR DANIEL COST...
- TELMA LUCIA BRETE...
- CÁRLOS ATHAYDE V...
- Denise Alves Horta
- RENATO DE PAULA ...
- GABRIELA MORAES ...
- FABIO AVELAR PERE...
- cesar machado
- Secretaria Geral Da...
- Subsecao de Estatís...
- FLAVIA VIEIRA ZAM...
- CRISTIANO BARROS...
- VICTOR AUBIN VERZ...
- RAINIER FELIPE LAC...
- MARCIA CRISTINA U...
- Você

12:26 | phd-utxi-qth



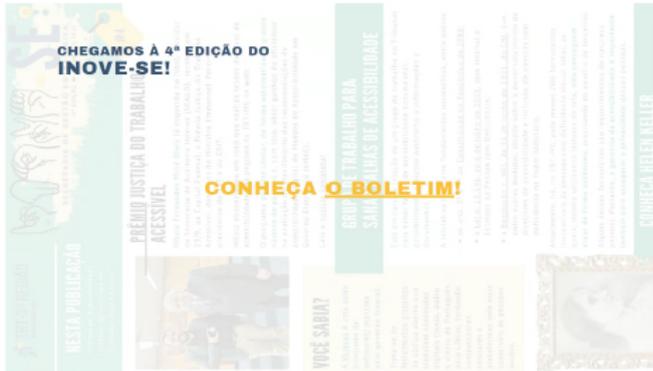
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2022
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

03/10/2022 10:38

Meet: phd-utxi-qth

OLAVO DE OLIVEIRA DANTAS está apresentando



Pessoas

Adic. pessoas

Na chamada

- LUDMILA AZALIM ... (Você)
- CARLOS ATHAYDE VALA...
- cesar machado
- CRISTIANO BARROS REIS
- Denise Alves Horta
- EPT Escritório de Processos d...
- FABIO AVELAR PEIXOTO
- FERNANDO LUIZ GONCA...
- FLAVIA VIEIRA ZAMBONI
- GABRIELA MORAES LOPES
- IGOR DANIEL COSTA JO...
- MARCIA CRISTINA UTSC...
- OLAVO DE OLIVEIRA DA...
- OLAVO DE OLIVEIRA DA...
Apresentação
- PATRICIA HELENA DOS R...
- PATRICIA VIEIRA NUNES ...
- PRISCILA GALLO D'AVILA...
- RAINIER FELIPE LACERDA...
- RAQUEL DE ANDRADE G...
- RENATO DE PAULA AMA...
- Secretaria Geral Da Presi...
- Subsecão de Estatística - ...
- TELMA LUCIA BRETZ PER...
- VICTOR AUBIN VERZANI ...

10:38 | phd-utxi-...